vinetur

Quénia propõe aumentar para 21 anos a idade legal para consumir álcool

A proposta impediria menores de 21 anos de trabalhar no setor do álcool, proibiria as vendas online e imporia uma taxa de Ksh2 por litro

domingo, 8 de novembro de 2026



O Quénia está a ponderar uma ampla revisão da legislação sobre o álcool, que elevaria para 21 anos a idade legal para consumir bebidas alcoólicas e alargaria esse limite a alguns setores da hotelaria e do comércio de bebidas alcoólicas. A medida poderia afetar o acesso de jovens adultos a bares e restaurantes, o emprego no setor, as vendas online e os custos operacionais das empresas de bebidas.

A proposta, intitulada Alcoholic Drinks and Drugs Control Laws (Amendment) Bill, 2026, foi apresentada na Assembleia Nacional na quinta-feira, 5 de novembro. Se for aprovada, aumentará de 18 para 21 anos a idade mínima legal para consumir álcool e reforçará também as regras sobre quem pode trabalhar em empresas ligadas às bebidas alcoólicas.

Nos termos da proposta, as licenças para estabelecimentos que vendem álcool seriam limitadas a pessoas com pelo menos 21 anos, e o emprego em atividades relacionadas com o fabrico, a venda e a distribuição de bebidas alcoólicas ficaria igualmente reservado a pessoas dessa faixa etária. Assim, os quenianos com idades entre os 18 e os 20 anos poderiam enfrentar restrições não só na compra de álcool, mas também no trabalho em bares, restaurantes, lojas de bebidas e outras empresas que comercializam bebidas alcoólicas.

Os estabelecimentos licenciados também ficariam impedidos de admitir pessoas com menos de 21 anos, incluindo as que estivessem acompanhadas por adultos. A medida iria além das restrições convencionais ao consumo de álcool e poderia afetar o acesso a alguns espaços de entretenimento que servem bebidas alcoólicas.

Durante o debate no Parlamento, Kimani Ichung’wah, líder da maioria na Assembleia Nacional, defendeu o aumento da idade mínima, afirmando que muitos jovens de 18 anos ainda são demasiado novos para tomar decisões ponderadas sobre o álcool. «Muitos dos nossos filhos, aos 18 anos, ainda são muito jovens e incapazes de tomar decisões conscientes sobre o que é bom ou mau nas suas vidas», disse aos deputados na quinta-feira, 5 de novembro.

A proposta vai além dos limites de idade. Proibiria a venda de álcool através de plataformas online, serviços de estafetas, entregas ao domicílio, venda ambulante e máquinas de venda automática. Impediria também o funcionamento de

estabelecimentos de venda de álcool num raio de 300 metros de instituições de ensino.

Estas disposições poderiam ter um impacto alargado no setor das bebidas. A proibição das vendas online e das entregas ao domicílio afetaria os canais de venda digital que passaram a fazer parte do mercado em muitas cidades. As restrições ao emprego de pessoas com menos de 21 anos poderiam reduzir a disponibilidade de mão de obra para bares, restaurantes e retalhistas. Os fabricantes, importadores e distribuidores poderiam também enfrentar custos mais elevados de cumprimento das regras e de pessoal, caso a proposta se transforme em lei.

Outra proposta importante é a criação de uma taxa de Ksh2 por litro sobre as bebidas alcoólicas fabricadas no Quénia ou importadas para o país. A proposta de lei prevê que a receita financie a regulamentação do álcool e programas destinados a combater o abuso de drogas e de outras substâncias.

Segundo a fórmula proposta, pelo menos 50% da receita anual arrecadada seria atribuída ao National Alcoholic Drinks Control Committee. Pelo menos 15% seriam destinados a organizações da sociedade civil que desenvolvem programas de prevenção e reabilitação.

O setor já manifestou oposição. Na sexta-feira, 6 de novembro, a Alcoholic Beverages Association of Kenya pediu a retirada da proposta, afirmando que as medidas poderiam perturbar as empresas que operam legalmente e aumentar os custos de atividade em todo o setor.

A associação afirmou que as suas estimativas preliminares apontam para cerca de 8,960 postos de trabalho e 1,792 estabelecimentos licenciados em risco caso a proposta seja aprovada. Acrescentou que a taxa proposta poderia elevar em Ksh1.3 mil milhões os custos anuais do setor. Estes valores são estimativas da associação e não foram verificados de forma independente.

As regras propostas aumentariam também significativamente as sanções por infrações à Alcoholic Drinks Control Act. Os infratores poderiam ser condenados a multas até Ksh10 milhões, penas de prisão até cinco anos, ou ambas. Para as empresas, isso aumentaria o risco financeiro associado ao incumprimento.

O debate parlamentar suscitou também questões sobre o âmbito da legislação. Farah Maalim, deputado por Dadaab, perguntou por que razão a proposta não abrangia o miraa e o muguka juntamente com o álcool, argumentando que essas substâncias também deveriam fazer parte do debate sobre a política a seguir.

A proposta ainda não foi aprovada. Terá de passar por todo o processo legislativo parlamentar, incluindo a participação pública, a análise em comissão e a votação, antes de poder entrar em vigor. Até lá, a idade legal para consumir álcool no Quénia mantém-se nos 18 anos.